



J. Freitas

Cristovam Buarque (3º à dir.) preside audiência, de que participam Laura Mello Machado, Perly Cipriano e Paulo Roberto Ramos

Como enfrentar a violência contra os idosos?

O combate à violência contra os idosos demonstra que, antes de alterar a legislação, é preciso modificar a consciência pessoal. Boa parte das agressões contra os mais velhos no Brasil ocorre no seio familiar. Além da

violência física, os idosos estão sujeitos à violência psíquica, que se traduz em humilhações, abandono, descaso e opressão cometidos pela própria família. Sofrem também com o não cumprimento de direitos

assegurados pela lei.

Essas são algumas das conclusões da audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, atendendo a requerimento de Paulo Paim. **Página 8**

Maciel cobra investimentos em transporte ferroviário **Página 7**

Cristovam propõe fundo para evitar fuga de cientistas **Página 4**

Viana quer indenização a portador de hanseníase

O senador Tião Viana anunciou a intenção de apresentar projeto obrigando o governo a reconhecer a discriminação sofrida pelos

portadores de hanseníase, por tê-los mantido em colônias afastadas do convívio social, e a indenizar os danos decorrentes dessa segregação.

Viana recebeu ontem o embaixador da Organização Mundial da Saúde para a Extinção da Hanseníase, Yohei Sasakawa. **Página 6**



Genatlio Magalhães

Yohei Sasakawa (E) visita Tião Viana no Senado: em análise, novas formas de luta para eliminar a doença

Pedido para nova CPI será lido amanhã

Comissão de inquérito deverá investigar esquema de compra de ambulâncias superfaturadas envolvendo parlamentares



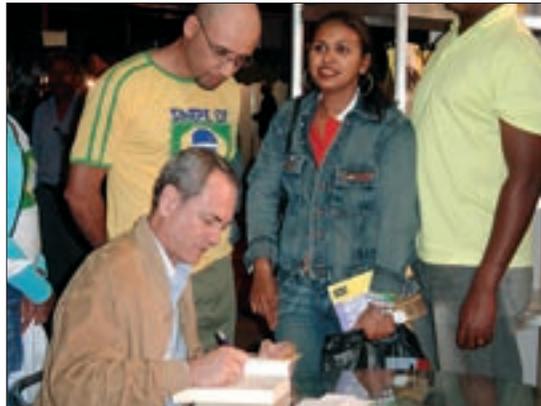
Jane Araújo

Renan também considera imperativo que Senado destranque pauta de votações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou para amanhã a sessão do Congresso destinada à leitura do pedido de instalação de comissão parlamentar de

inquérito para investigar o esquema revelado pela Operação Sanguessuga da Polícia Federal. Segundo Renan, o Congresso tem o dever de apurar acusações que envolvam parlamentares. **Página 3**

Visitantes de feira realizada em Sobradinho, no Distrito Federal, puderam apreciar exposição de documentos históricos importantes, como a Lei Áurea, e adquirir obras a preços subsidiados



Fotos: José Brito

Paulo Octávio autografa livro sobre JK. Agaciel Maia (D), diretor-geral do Senado, e Júlio Pedrosa, diretor da Seep, participam do evento

Senado divulga livros em feira da indústria e comércio no DF

O visitante da Feira da Indústria, Comércio e Turismo (Feicotur) – evento realizado no último fim de semana em Sobradinho (DF) – pôde conhecer as publicações da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal (Seep), além de saborear comidas típicas de diversas regiões do país, dançar ao som de bandas de funk e forró e ver exposições de aves, animais e hortaliças premiadas.

O ponto alto da programação do Senado na feira ocorreu no começo da noite de domingo, quando Paulo Octávio (PFL-DF) autografou exemplares do livro *Por que construí Brasília*, depoimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek contando detalhes da construção

da capital federal. Uma equipe da TV Brasília cobriu o evento e entrevistou o coordenador da comissão de feiras de livro, Júlio Werner Pedrosa, sobre a participação da instituição no evento em Sobradinho.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, esteve no estande da Casa na Feicotur. O público viu ainda mostra de documentos importantes para a história do Brasil, como a Lei Áurea e as cartas de renúncia assinadas pelos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Melo.

Para a Feicotur, o Senado levou cerca de cem títulos que integram seu catálogo de publicações. Foram disponibilizados aos visitantes, a preços subsidiados,

exemplares de obras relevantes da história política nacional como *Ensaios e Estudos*, de Capistrano de Abreu; *A campanha de Canudos*, de Aristides Milton; e *O ocaso do Império*, de Oliveira Viana. Publicações referentes à legislação também foram comercializadas.

O Senado Federal distribuiu a cartilha, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), *Choque social – desafio para a economia brasileira*; e uma carta do senador ao presidente Luiz Inácio Lula das Silva intitulada “Como dar-lhes um futuro?”, detalhando a vida de crianças que apareceram em fotos ao lado do presidente, quando ele visitou o bairro de Canaã, em Caruaru (PE). Do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) foi distribuído no estande um livro contendo detalhes de sua atuação parlamentar, denominado *Relatório de Gestão 2000/2006*.

Estande da Casa reuniu cerca de cem títulos, entre obras de relevância política e publicações referentes à legislação

Artistas plásticos de todos os estados expõem no Salão Negro

Cinquenta e nove artistas de todos os estados do Brasil vão expor no Salão Negro do Congresso entre os dias 21 de junho e 14 de julho. Trata-se da segunda mostra *Artistas Brasileiros*, que no ano passado trouxe 80 telas de artistas dos 27 estados, escolhidos pelos senadores de cada unidade da Federação.

Entre os expositores que vão participar da mostra este ano estão Tomie Ohtake, indicada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP); Glênio Bianchetti, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS); e Tânia Maia, pelo organizador do evento e presidente

do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Para Renan, a arte, assim como a política, permite que cada povo expresse a sua visão de mundo e a sua riqueza cultural.

– A exposição *Artistas Brasileiros* ajuda-nos, verdadeiramente, a conhecer ainda mais o universo da manifestação da nossa gente e da nossa cultura – afirmou o parlamentar.

A cerimônia de abertura, às 10h do dia 21, será presidida por Renan. A exposição ficará aberta das 9h30 às 17h, e as visitas coletivas podem ser agendadas pelo número (61) 3216-1771.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário realiza sessão deliberativa às 10h

A sessão plenária de hoje do Senado Federal foi antecipada para as 10h, por conta da estréia do Brasil na Copa do Mundo de Futebol. Os senadores tentam liberar a pauta de votações, trancada por projetos de conversão de medidas provisórias, entre elas a que permite a dedução, no cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, referente à contribuição previdenciária do empregador doméstico, e a que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte.

Meirelles pode vir ao Senado explicar taxa de juros

Prevista para as 9h30, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), audiência com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e outros diretores do banco que fazem parte do Comitê de Política Monetária (Copom). A idéia é dar transparência aos critérios de definição da taxa Selic, base dos juros do mercado financeiro do país.

Escassez de água

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 10h, proposta que obriga a utilização de mensagens sobre os riscos da escassez da água doce, sempre que possível, em produtos de limpeza.

Coral do Senado

Às 20h30, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, em Brasília, o Coral do Senado apresenta o espetáculo *Cores do Brasil*, que marca o início das comemorações dos dez anos do coral e coincide com a estréia brasileira na Copa do Mundo.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Marco Maciel, Paulo Paim e Alvaro Dias



Segundo Lando, multa aplicada pelos agentes chega a superar valor do carro

Lando reclama de abusos de fiscais contra taxista de RO

Amir Lando (PMDB-RO) reclamou, em Plenário, de abusos cometidos por alguns agentes públicos na aplicação de leis. Como exemplo, citou a multa de R\$ 15 mil a taxistas de Guajará-Mirim, em Rondônia, pelo transporte de passageiros com mercadorias supostamente contrabandeadas da Bolívia. Segundo Lando, essa multa chega, muitas vezes, a superar o valor do próprio veículo.

O senador disse que os agentes deveriam, antes de aplicar a multa, conferir as mercadorias, constituídas principalmente de roupas íntimas e bichinhos de pelúcia. “Será que é esse o caminho da convivência pacífica na sociedade?”, indagou.



Gilvam (foto) considera “grosseiras e deselegantes” críticas de Busato

Gilvam defende fim do exame para inscrição na OAB

Gilvam Borges (PMDB-AP) protestou ontem, da tribuna, contra as críticas que o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, fez a projeto de lei de sua autoria que extingue o exame necessário à inscrição na entidade.

O senador considerou “grosseiras e deselegantes” as críticas de Roberto Busato e disse que pretende lutar “até o fim” para a aprovação do projeto (PLS 186/06). Gilvam argumentou que entre 80% e 90% dos candidatos que prestam o exame são reprovados e impedidos de exercer a profissão para a qual se prepararam ao longo de cinco anos.

Embora o MP e a PF já estejam investigando a denúncia da compra superfaturada, o Congresso Nacional tem obrigação de apurar o caso em sua alçada, diz Renan

Pedido de instalação da CPI das ambulâncias será lido amanhã

O presidente do Senado, Renan Calheiros, confirmou para amanhã a sessão conjunta do Congresso Nacional destinada à leitura do pedido de instalação de nova comissão parlamentar mista de inquérito. O objetivo da CPI é investigar o esquema de compra de ambulâncias superfaturadas, revelado pela Operação Sanguesuga da Polícia Federal. Renan lembrou que o requerimento para criação da CPI já tem o número necessário de assinaturas desde a semana passada.

Em entrevista concedida ontem à imprensa, o presidente do Senado reconheceu que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal já estão investigando irregularidades nas verbas orçamentárias da União há mais de dois anos, mas defendeu o entendimento de que o Congresso Nacional não pode ficar omissivo, tendo a obrigação de investigar a questão em sua alçada.

Pauta

Renan disse também estar torcendo muito para a vitória do Brasil contra a Croácia, no jogo que será realizado às 16h, pela Copa do Mundo. Ele destacou, porém, que o jogo não pode



Renan espera que haja quórum na manhã de hoje para Senado desobstruir pauta

ser pretexto para que a sessão plenária deliberativa, marcada extraordinariamente para as 10h de hoje, não se realize, porque é imperativo que o Senado destranque a pauta.

– Vamos votar as MPs e, a partir das 14h, todos estaremos dispensados para torcer pelo Brasil. Estou mesmo disposto a cortar o ponto dos senadores faltosos, o que o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, já anunciou que fará em relação aos deputados que não comparecerem à sessão deliberativa da Casa – afirmou Renan.

Executiva do PMDB

Ao entrar no plenário nº 14 da Câmara dos Deputados, onde se realizava a reunião da Executiva

do PMDB com os governadores do partido, Renan Calheiros afirmou que a tendência majoritária é que o PMDB não tenha candidato à Presidência da República nem se colige formalmente com outro partido, ficando livre para celebrar, nos estados, as alianças que convierem a suas lideranças regionais.

– Não se trata de uma decisão contra ninguém. É apenas uma questão de bom senso imposta pela verticalização, que engessará o partido caso tenhamos candidato presidencial. Devemos nos concentrar em conseguir o número máximo de governadores de estado, bem como grandes bancadas na Câmara e no Senado – concluiu o senador.

Mão Santa diz que corrupção “está se alastrando” no Piauí

Ao lembrar frase atribuída ao ex-deputado Ulysses Guimarães – “A corrupção é o cupim que destrói a democracia” – e afirmar que nunca viu tanto “cupim” em toda a sua vida, o senador Mão Santa (PMDB-PI) comentou matéria publicada este mês pelo *Correio Braziliense*, intitulada “Piauí mistura o público e o privado”. A reportagem denuncia o coordenador de Comunicação Social do governo Wellington Dias (PT), Sílvio Leite, dono da empresa privada responsável pela arrecadação de mais da metade dos tributos estaduais do Piauí.

– O cupim está se alastrando. No Piauí chega a ser uma vergonha e são todos do PT. Olha só que safadeza, está aqui nas páginas do *Correio Braziliense*. Formaram uma quadrilha no

estado. O procurador-geral da República denunciou 40, só faltou dizer quem era o chefe, mas no Piauí deve ter muito mais do que isso – afirmou o parlamentar.

Mão Santa também protestou contra supostas manobras que estariam tentando impedir o PMDB de lançar candidato próprio à Presidência da República. Ele recordou que Ulysses Guimarães (“encantado no fundo do mar”), Teotônio Vilela (“pregando a democracia mesmo moribundo, com câncer”) e Tancredo Neves (“retardou uma cirurgia para não inviabilizar a transição”) ajudaram a construir a história do partido.

O senador disse que nem o regime militar conseguiu impedir que Ulysses se candidatasse para disputar a Presidência contra o



Mão Santa cita contrato entre o governo e empresa do coordenador de Comunicação

general Ernesto Geisel. Ele considerou “ignomínia” a suposta tentativa do presidente Lula de impedir o partido de disputar as eleições presidenciais.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou o presidente da República por, na sua avaliação, tratar com doboche todas as críticas e acusações de corrupção que envolvem seu governo. E disse que Lula está governando o Brasil “como se fosse sua própria casa”.



Virgílio denuncia tentativa de mudar legislação para incluir outros estados

Virgílio quer manter TV digital só na Zona Franca de Manaus

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), denunciou em Plenário a intenção de alguns estados brasileiros de incluir a fabricação de televisores digitais nos benefícios da Lei 10.176, de janeiro de 2001, conhecida como Lei de Informática. De acordo com o senador, a inclusão significaria uma permissão para que esses televisores possam ser fabricados em outras regiões, além da Zona Franca de Manaus.

Virgílio apresentou à Mesa do Senado requerimento de convocação do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para esclarecer o repasse de recursos a entidades que deveriam apoiar a reforma agrária.

Jucá anuncia que será candidato ao governo de Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) anunciou, em Plenário, que será candidato ao governo de Roraima nas próximas eleições. O senador disse que aceitou o convite feito durante a convenção do PMDB, dia 10, em seu estado, da qual participaram outros dez partidos que farão parte da coligação. Ele afirmou que não deixará a liderança do governo na Casa.

– Aceitamos o desafio e estamos conscientes de que é preciso apresentar alternativas para que o estado de Roraima possa servir de modelo para o país.

Jucá disse que sua campanha será de alto nível, “respeitosa, criteriosa e propositiva”.



Romero Jucá afirma que fará uma campanha eleitoral de alto nível

“Essa situação de evasão de cérebros é uma espécie de escravidão do século 21”, adverte senador e ex-ministro da Educação

Cristovam propõe fundo para evitar fuga de cientistas

O Brasil aplica, por ano, em torno de 1% do seu PIB (cerca de R\$ 1,3 bilhão) para financiar projetos de Ciência e Tecnologia. Esse índice, se comparado à média de 2,5% dos países ricos, que estão em patamar muito superior, demonstra a necessidade de um redimensionamento desses valores, sob o risco de o país se perenizar no atraso.

Nesse contexto, a “evasão de cérebros”, que está intimamente relacionada com a escassez de recursos no setor, e que ainda não tem entre nós a gravidade que já alcançou em países como Argentina, Coréia e Índia, tende a se agravar, avalia o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

No Brasil, diz o senador, isso ocorre não só com cientistas e outros profissionais, mas uma forma muito visível de evasão é a de jogadores de futebol, que já não atuam no Brasil, ou seja, vão embora. Para ele, a evasão de cérebros é uma espécie de escravidão do século 21.

Professor universitário, ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), ex-ministro da Educação do atual governo e pré-candidato à Presidência da República pelo PDT, Cristovam defende a criação de um fundo destinado a contratar cientistas, formando-se uma rede de proteção para evitar a chamada evasão de cérebros. Ele calcula que cerca de R\$ 700 milhões seriam suficientes para contratar os cientistas, que receberiam salários entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000. Laboratórios bem equipados também são imprescindíveis para os cientistas desenvolverem seus projetos e se realizarem profissionalmente, acrescenta o senador.

A idéia da criação desse fundo está em seu livro *A revolução nas prioridades*, publicado em 1994. Uma vez que, por impedimento constitucional, os deputados e senadores não podem apresentar projetos que impliquem criação de despesas para o erário – como se daria com a criação do fundo – o “grande momento” para assegurar os recursos necessários para o país reestruturar sua política de investimentos em C&T, nota o senador, é a elaboração do Orçamento da União. Essa, no entanto, fica a cargo do Executivo, já que o Congresso, diz Cristovam, é marginal nesse processo.

Porém, a nossa maior dificuldade, ressalta o parlamentar, é de



Para Cristovam, baixo investimento em ciência e tecnologia ameaça perenizar o atraso

natureza cultural: “Eu não digo que sejam apenas os políticos. A mente do Brasil é do curto prazo. Investir em ciência é uma perspectiva de 20, 30 anos. O Brasil é um país ‘curtoprazista’. O que está faltando é uma cultura que diga que isso é importante para o país”.

Vindo de origem acadêmica e tendo sido reitor de uma das principais universidades públicas do país (a UnB), além de ministro da Educação do atual governo, como é que o senhor analisa a questão da evasão de cérebros?

– Essa situação de evasão de cérebros é uma espécie de escravidão do século 21. Beneficia muito a pessoa que faz a opção de sair e prejudica muito seu país de origem. Hoje, muitos médicos da América Central, da América do Sul e da Ásia recebem bolsas de estudo com dinheiro de seus países e se formam, em seguida vão embora para a Europa e os Estados Unidos. Milhares e milhares de médicos que trabalham nos Estados Unidos se formaram nos países pobres, com o dinheiro do povo dos países pobres, e depois foram embora. Esses cientistas vêm se beneficiando com altos salários, com institutos, com equipamentos para se realizar profissionalmente. O escravo é o país, o escravo é o povo, o escravo é quem fica. Antigamente, tirava-se o escravo da África para ele vir trabalhar aqui. Agora, tira-se o cientista da África e escraviza-se o povo na África, sem médicos, sem a possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico.

De que maneira isso atinge a sociedade brasileira?

– No Brasil, isso acontece não só com cientistas e outros profissionais. Uma forma muito

visível de evasão é a de jogadores de futebol. Eles hoje já não jogam no Brasil; vão embora. O que acontece com os jogadores aparece nos jornais. Agora, o que está ocorrendo com médicos, cientistas, engenheiros não aparece. Essa é a nossa tragédia.

Em comparação com outros países em desenvolvimento, qual é a situação do Brasil em relação a esse fenômeno da evasão de cérebros?

– A situação do Brasil não é tão grave como a de países como Coréia, Índia e a própria Argentina. Mas é grave e tende a piorar. E só não é mais grave pelo lado negativo. É que a gente investiu pouco na formação de cientistas. O número de cientistas coreanos que saem é maior que o de cientistas brasileiros, porque lá eles formam mais cientistas do que nós. A Índia é, talvez, o país que perde o maior número de cientistas, porque eles têm um programa muito grande de formação de cientistas. O fato de a gente ter menos não quer dizer que a gente esteja sofrendo menos.

E o que o Congresso pode fazer para impedir o agravamento desse quadro?

– Antes de falarmos do Congresso, vamos falar qual seria a saída. Eu proponho essa saída há muitos anos. Já escrevi um livro em que trato disso. A minha saída é simples. É copiar para a ciência o que a gente fez nos anos 30 do século passado com o café. Quando houve uma grande crise internacional do café, o então presidente Getúlio Vargas decidiu uma coisa que parecia absurda. Ele comprava café e queimava. Mas foi graças a isso que, ao terminar a crise, os pés de café estavam lá, os coletadores estavam lá e a gente voltou a se recuperar. O

que eu tenho proposto há muitos anos é que o governo crie um fundo para contratar cientistas. Nenhum cientista poderá ficar desempregado. Essa sugestão foi apresentada ao governo Lula e está em um livro que escrevi em 1994, chamado *A revolução nas prioridades*.

Este ano, o Brasil caiu seis posições e ficou em 52º lugar no ranking do Fórum Econômico Mundial que mede a capacidade dos países de usar a tecnologia da informação para incentivar a competitividade. Estamos andando para trás?

– Provavelmente. Os cientistas dessa área foram embora. Porque no caso dos cientistas não é só o salário, é também o laboratório. O cara não vai ser cientista só pelo salário. O cara vai também por uma realização vocacional. Um salário de R\$ 5.000 seguraria muitos cientistas. Essa é a minha proposta. Não foi apresentada em projeto porque isso implica gastos, e isso é prerrogativa do Poder Executivo, mas vou colocar em meu programa de governo como candidato à Presidência da República.

Já que hoje há uma consciência sobre a importância dos investimentos em ciência e tecnologia e, apesar disso, eles não estão sendo feitos, pelo menos dentro do ritmo necessário, o que o Congresso pode fazer?

– O que está faltando é o mais importante: uma cultura que diga que isso é importante para o país. Porque o Brasil está preso ao imediato. A mente brasileira – eu não digo que sejam apenas os políticos – é do curto prazo. Investir em ciência e tecnologia é uma perspectiva de 20, 30 anos. No Brasil a gente não consegue convencer ninguém a investir numa coisa que vai demorar a dar resultado. É a deformação que a gente vem sofrendo ao longo de muitas décadas de imediatismo. Preferimos financiar capital financeiro a capital produtivo; preferimos pagar juros altos a investir e ter o setor produtivo funcionando bem. O Brasil é um país ‘curtoprazista’. Quando falo que tem de investir em educação e digo que vai levar 15 anos, as pessoas

perguntam: ‘mas 15 anos?’ Como se as crianças pudessem crescer mais depressa, feito bolo com fermento! Mas a verdade é que a gente tenta copiar tudo. Em vez de termos cientistas brasileiros, compramos ciência lá fora.

Até que ponto a má qualidade da escola pública em nosso país pode ser considerada como uma das causas responsáveis por essa situação?

– O Brasil é um país que não deu importância à educação básica. Mesmo quem gasta com a educação do filho, é querendo que ele ganhe um salário bom, não é querendo que ele seja educado. O segundo ponto é a política. Nós fazemos com que se resolvam os problemas da minoria privilegiada, e as massas são deixadas de lado. A gente abandonou a educação das nossas massas. Você vê o resultado disso. De cada dez craques de futebol do mundo, quatro são brasileiros. Mas em cada dez cientistas com Prêmio Nobel no mundo, zero brasileiro.

Como o senhor vê a proposta de que o governo dê autonomia financeira e patrimonial, tirando as universidades do regime

jurídico único que impede o pagamento de salários competitivos para os cientistas?

– Eu sou favorável à autonomia universitária, de modo que as universidades possam ter políticas salariais diferentes uma da outra. Mas as universidades vão continuar sem recursos. Além disso, o governo tem de acabar com o contingenciamento dos recursos dos fundos setoriais de pesquisas. Ele está contingenciando o seu futuro.

O que o Brasil precisa fazer agora para evitar que o problema da evasão de cérebros se agrave?

– Antes de tudo, mais investimento na educação básica. Só um terço dos nossos jovens termina o ensino médio. Imagine se só um terço dos meninos pudessem jogar bola, quantos craques a gente iria perder? Segundo, mais dinheiro para formar cientistas, tanto na universidade quanto na pós-graduação. E, terceiro, mais dinheiro para contratar esses profissionais.

“A gente não consegue convencer ninguém a investir numa coisa que vai demorar a dar resultado”

Modificações na regra para as coligações resultaram de respostas do Tribunal Superior Eleitoral a consultas feitas por partidos políticos

Interpretações do TSE determinam a verticalização

O conceito de verticalização foi introduzido nas regras eleitorais brasileiras não em decorrência de lei, mas de parecer do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como o próprio nome diz, a medida obriga os partidos a fazerem alianças únicas em todos os níveis das eleições majoritárias: presidente da República, governadores e prefeitos.

A verticalização começou a vigorar em 2002, quando o TSE, então presidido pelo ministro Nelson Jobim, respondeu a uma consulta feita por deputados federais do PDT. Embora o artigo 17 da Constituição

de 1988 estabelecesse o caráter nacional dos partidos, na prática as coligações ocorriam de forma livre. A partir da Resolução 20.993, de 2002, tentou-se imprimir mais coerência ao comportamento das agremiações políticas.

Em janeiro de 2006, o Congresso decidiu mudar essa regra, considerada muito rígida, por meio de emenda à Constituição. Ocorre que o artigo 16 da Carta constitucional estabelece que as leis que mudem o processo eleitoral só podem ser aplicadas um ano depois de entrarem em vigência.

Em março, com base no princípio da

anualidade, e respondendo a consulta do PSL, o TSE decidiu que as novas regras não valeriam para as eleições de outubro. O entendimento da maioria dos ministros foi o de que a mudança das regras a menos de um ano do pleito traria insegurança jurídica às eleições.

No início de junho, respondendo a consulta do PL, o Tribunal Superior Eleitoral concluiu que os partidos que se aliassem na disputa presidencial teriam de repetir essa aliança nas eleições nos estados. Mais: o partido que não apresentasse candidato a presidente só poderia se associar, nos esta-

dos e municípios, com outro que também não tivesse candidato a presidente. Essa interpretação seria prejudicial principalmente a partidos que não têm a intenção de lançar candidatos próprios a presidente na expectativa de montar alianças estaduais.

Isso não ocorreu em 2002. Naquela eleição, já em vigência da resolução do TSE, os partidos sem candidato a presidente coligaram-se livremente para disputar os governos estaduais. A brecha agora deverá ser reaberta com a decisão do TSE, por unanimidade, de retorno ao entendimento anterior.



Alvaro Dias lê trechos do discurso do candidato do PSDB, que anuncia prioridade à saúde e à educação



Tião Viana destaca que popularidade do presidente se deve a crescimento econômico com promoção social



"Outras pauladas foram dadas pela ditadura, mas essa foi pelo comando do partido", ressalta Simon



Heráclito Fortes classifica como "absurdo dos absurdos" teleconferência reunindo jogadores

Fotos: Roosevelt Pinheiro

Alvaro: no poder, Alckmin vai propor redução de impostos

O líder da Minoria no Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), afirmou ontem que o candidato de seu partido, Geraldo Alckmin, se eleito presidente da República, pretende enviar ao Congresso, logo na primeira semana de governo, uma proposta de reforma tributária, para reduzir o peso dos impostos no bolso dos cidadãos, diminuir a burocracia e incentivar os investimentos.

Alvaro leu da tribuna trechos do discurso de Alckmin na cerimônia em que foi escolhido oficialmente o candidato do PSDB, no domingo, em Belo Horizonte, tendo como vice o senador José Jorge (PFL-PE).

– Alckmin afirmou que o povo brasileiro não é desonesto, não é corrupto, não é mentiroso e nem cínico. Por isso, o nosso povo não pode ter um presidente da República que age dessa forma – disse.

Conforme o parlamentar, Geraldo Alckmin dará prioridade à educação e à melhoria do sistema de saúde. Alvaro lembrou que o presidente Lula declarou recentemente que o sistema de saúde do Brasil "está perto da perfeição" e foi contestado pelas oposições e "pelos milhões de brasileiros que enfrentam filas nos hospitais".

O senador afirmou que os petistas e o Palácio do Planalto "reagiram de forma autoritária" quando questionados sobre as críticas de Alckmin. Durante 25 anos na oposição, disse, o PT "fez críticas violentas, mas agora, no poder, não aceita críticas".

Aumento de renda per capita dá liderança a Lula, afirma Tião Viana

Tião Viana (PT-AC) chamou a atenção para fatores positivos que podem explicar a popularidade crescente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a despeito dos ataques que vem sofrendo da oposição. Citando artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, o parlamentar observou que em 2004, por exemplo, o crescimento da renda per capita foi de 12%, por causa da combinação do crescimento econômico com a repercussão dos programas sociais.

Os dados mencionados por Dimenstein foram coletados em trabalho do economista Ricardo Paes de Barros. A partir deles, o jornalista elabora uma questão que abre caminho para o que seriam as razões fundamentais da liderança que Lula mantém nas pesquisas eleitorais: "Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente?"

Segundo o senador, as análises de Paes de Barros e de outros economistas indicam que o governo Lula foi eficiente ao combinar políticas sociais, como a ampliação do programa Bolsa Família, com a elevação do crédito e a geração de empregos, além do controle da inflação, que levou à queda nos preços dos produtos básicos.

Outro fator de elevação de renda da faixa mais pobre da população foi o aumento do salário mínimo – 16,6% em 2006, "o maior dos últimos 25 anos", lembrou em aparte o senador Paulo Paim (PT-RS).

Simon: PMDB sofre o maior golpe ao desistir de candidatura própria

"Esse talvez tenha sido o maior golpe, a maior paulada que o MDB levou em toda a sua história, já que as outras foram dadas pela ditadura, pelo arbítrio, pelos generais, e essa foi pelo comando do partido, pelos líderes que se aproveitaram de cargos." O comentário partiu do senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao anunciar que a Executiva Nacional do partido resolveu, em reunião realizada ontem, sepultar a candidatura própria à Presidência da República.

De acordo com Simon – que ainda trata o PMDB pela sua antiga sigla –, por 15 votos a zero a Executiva resolveu que o partido não terá candidato a presidente com a alegação de fortalecer as candidaturas aos governos estaduais. Ele acrescentou que a única discussão entre os que aprovaram a medida foi quanto à data do anúncio da desistência.

Na avaliação do senador, não se sustenta o argumento de que o PMDB não deve lançar candidato próprio a presidente para permitir a criação de alianças nos estados e, conseqüentemente, fortalecer as candidaturas a governador. Ele registrou que os defensores dessa teoria nem sequer apoiarão candidatos do PMDB nos seus estados.

– Esse grupo que se adonou do partido nunca teve sentimento de amor pelo MDB. Estão ali para tirar vantagem até o fim – desabafou Simon.

Lula quis tirar proveito da popularidade da Seleção, diz Heráclito

Heráclito Fortes (PFL-PI) classificou como "absurdo dos absurdos" a recente teleconferência entre jogadores da Seleção Brasileira de Futebol, a comissão técnica e o presidente da República.

– A liturgia do cargo de presidente não permite aquilo. Mas quem diz o que quer ouve o que não quer. Aliás, Ronaldo correu um grande risco, pois Lula tentou expulsar o jornalista Larry Rohter, que não falou nenhuma mentira, não caluniou ninguém – disse o senador.

Para Heráclito, a teleconferência foi uma perda de tempo e Lula "se deu ao luxo de, em horário de trabalho, estar numa roda de conversa sobre futilidades e se expondo daquela maneira". Além disso, acrescentou o senador, Lula quis "tirar uma casquinha" da popularidade da Seleção Brasileira "pensando que o brasileiro é trouxa".

– Nós vamos ver o que pode um presidente da República sem ocupação e sem preocupação com os problemas do país. O Lula também deveria, agora, fazer teleconferência com a família do engenheiro assassinado no Iraque, com a família do brasileiro assassinado em Londres, com as famílias flageladas pelas chuvas no Rio de Janeiro, com a mãe do guitarrista [da banda Detonautas] assassinado, com as famílias dos policiais mortos pelo PCC em São Paulo. Só para mostrar que se importa e dizer que vai tomar providências.

Ao receber embaixador da Organização Mundial da Saúde, senador discute modelo japonês de combate à doença e à discriminação de seus portadores

Viana propõe indenização para portador de hanseníase

O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), recebeu ontem o embaixador da Boa Vontade da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Extinção da Hanseníase e presidente da Fundação Nippon, Yohei Sasakawa, e comitiva. O tema do encontro foi o combate à hanseníase.

Yohei Sasakawa disse que o seu país obteve sucesso em sua política de combate à doença, que inclui o fim do confinamento e o pagamento de indenizações aos doentes. Ele acrescentou que o Japão respeita o governo brasileiro por suas iniciativas com vista à eliminação da hanseníase e ao combate ao preconceito existente contra a doença e propôs que Brasil e Japão sejam aliados junto à Organização das Nações Unidas (ONU) na luta contra à discriminação da hanseníase.

Tião Viana anunciou a apresentação de projeto de lei de sua autoria para que o governo brasileiro reconheça a discriminação sofrida pelos portadores da doença e se comprometa a indenizá-los por tê-los mantido em colônias afastadas do con-



Yohei Sasakawa sugere a Viana aliança entre Brasil e Japão para combater preconceito

vívio social. O senador afirmou que a política japonesa de reconhecimento da segregação das vítimas da hanseníase serviu de inspiração para o seu projeto.

Rosa Soares, coordenadora Nacional de Eliminação da Hanseníase do Ministério da Saúde, que também participou do encontro, informou que ao longo de 2005 foram detectados 38 mil casos da doença, mas, após diagnóstico e tratamento, esse número caiu para 27 mil no final de dezembro. Segundo ela, o Brasil está

caminhando para a eliminação da doença como problema de saúde pública, que é quando se constata a existência de menos de um caso em 10 mil habitantes, mas ainda não para sua erradicação.

Viana destacou o trabalho da organização não-governamental (ONG) Mohran, única existente no Brasil que vem lutando contra a discriminação e por melhores condições de vida das vítimas da doença. A ONG foi representada no encontro por Artur Custódio de Souza.

Papaléo: Lula tem visão equivocada sobre o SUS

Ao fazer uma análise do Sistema Único de Saúde (SUS), o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o presidente Lula por considerar o sistema “próximo da perfeição”. De acordo com o parlamentar, não obstante suas muitas qualidades, o SUS está longe de atingir sua meta do atendimento universal com eficiência.

– Ou o presidente Lula se deixou levar pelo entusiasmo, ou precisa novamente percorrer o país, em todos os seus quadrantes, para retomar contato com a realidade – disse.

Na avaliação do representante do Amapá, os números do SUS são realmente impressionantes: 625 milhões de consultas médicas, 12 milhões de internações e 300 milhões de exames laboratoriais. Além disso, o Brasil é referência mundial na prevenção e controle de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, e tem o segundo maior programa



Sistema está longe de atingir meta do atendimento com eficiência, diz Papaléo

de transplantes de todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, onde apenas 20% desses procedimentos são custeados pelo poder público.

O senador fez questão de ressaltar que o sistema é um tipo de reforma social incompleta, cuja implantação varia de região para região, mas lembrou os pontos fracos do SUS apontados em estudo do professor Gastão Wagner, da Universidade de Campinas (Unicamp): financiamento insuficiente, crescimento da aten-

ção primária em velocidade e qualidade abaixo do desejado; regionalização e integração quase virtuais; e eficácia e eficiência de hospitais e serviços abaixo do pretendido. “A utopia do atendimento universal cai por terra ao se constatar que milhões de brasileiros esperam em filas sem fim nos hospitais públicos e postos de saúde, convivem com falta de medicamentos e recebem atendimento às vezes precário, a despeito das regiões em que morem”, diz Gastão Wagner em seu estudo.

Um outro problema grave, apontado pelo consultor de saúde Carlos Gropen, é o da degradação profissional, em razão das condições desumanas a que estão submetidos os médicos que trabalham no SUS.

Papaléo Paes mencionou ainda problemas sérios do SUS noticiados pela imprensa, como a falta de vagas, as fraudes e a utilização política do sistema.

Em dia de jogo da Seleção, Senado tenta desbloquear pauta

A Copa do Mundo já começou a alterar a rotina de votações no Senado. Hoje, dia do jogo de estreia do Brasil contra a Croácia, a sessão deliberativa será às 10h. A pauta continua travada, dessa vez por duas medidas provisórias com prioridade de votação: a MP 284/06, que visa ampliar a formalização do emprego doméstico no país, e a MP 286/06, que abre crédito extraordinário para três ministérios.

Os senadores terão que votar, inicialmente, o projeto de lei de conversão (PLV 14/06) apresentado pela Câmara à MP 284/06, que possibilita ao empregador doméstico deduzir do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) devido a contribuição previdenciária paga referente a um trabalhador contratado. Também deverá ser analisada a MP 286/06, que abre crédito extraordinário de

R\$ 250,5 milhões em favor dos ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, para viabilizar e acelerar medidas de segurança pública, obras do Parque Olímpico para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e aparelhar agências do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Na pauta da sessão deliberativa de amanhã, com início às 14h, estão três propostas de emenda à Constituição: a PEC 30/02, que trata da inelegibilidade dos substitutos eventuais dos representantes do Poder Executivo; a PEC 29/03, que determina que os objetivos relativos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social; e a PEC 9/06, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).



Ao lado de Magno Malta, o tetracampeão Popó (E) não revela o valor do contrato

Boxeador Popó visita Plenário e anuncia patrocínio da Petrobras

O tetracampeão mundial de boxe na categoria Super-Penas, Acélino Popó de Freitas, visitou ontem o Plenário do Senado. O senador Magno Malta (PL-ES), que acompanhou o lutador durante visita à Casa, destacou o importante trabalho social desempenhado por Popó na Bahia, onde possui academia de boxe

que atende menores carentes.

Popó anunciou a obtenção de patrocínio da Petrobras. O lutador de boxe não revelou o valor do contrato a ser firmado com a estatal, e lembrou que nos dois últimos anos não recebeu nenhuma ajuda de patrocinadores, o que teria dificultado seus treinamentos.



Suassuna: indústria de açúcar e álcool beneficiou usineiro e prejudicou produtor

Suassuna pede a volta da equalização para plantadores de cana do Nordeste

Ney Suassuna (PMDB-PB) fez ontem um apelo ao ministro da Agricultura e ao presidente da República para que o governo retome o pagamento da chamada equalização aos plantadores de cana-de-açúcar do Nordeste. A equalização era uma compensação paga pelo governo como forma de equilibrar as diferenças de produtividade entre o

Nordeste e outras regiões mais desenvolvidas.

O senador lembrou que a indústria nordestina de álcool e de açúcar trouxe uma imensa riqueza para os usineiros, enquanto os plantadores de cana estão perdendo trabalho e até suas terras. Suassuna afirmou que os usineiros estão expandindo suas usinas para outras regiões mais

desenvolvidas.

– Isso é injusto para o produtor nordestino. A equalização foi retirada sem nenhuma explicação e a Paraíba está definhando, porque o plantador só tem um comprador: o usineiro. Cada colheitadeira tira o emprego de 70 trabalhadores. A Associação de Plantadores de Cana-de-Açúcar da Paraíba tinha 10.700

associados; hoje tem apenas 700 – lamentou.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) lembrou que o instituto da equalização foi criado pelo governo Fernando Henrique, quando ele ocupava o cargo de vice-presidente da República.

– Infelizmente, o Executivo não tem demonstrado vontade de continuar com o programa – disse.

Maciel cobra verbas para ferrovias e integração de sistema de transporte

O senador Marco Maciel (PFL-PE) afirmou ontem que não se pode pensar no desenvolvimento do país sem levar em consideração a necessidade de investimentos na malha ferroviária e sua interligação com outras modais de transporte.

Maciel cumprimentou os organizadores do evento “Brasil nos Trilhos – As ferrovias trilhando o Século 21”, promovido na última semana, em Brasília, pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF). O objetivo do seminário, segundo o parlamentar, foi dar ênfase aos dez anos de concessão de parte da malha ferroviária e incentivar o debate com fins de efetivar ações para o aprimoramento da infraestrutura do setor.

O senador lembrou que, durante mais de um século, as ferrovias foram o principal meio de transporte do país, e que, apesar dos avanços tecnológicos, elas ainda são a alternativa mais adequada para certas cargas de grande densidade. Ele disse lamentar que, embora o Brasil conte com o maior sistema ferroviário da América Latina – 30 mil quilômetros –, não explore adequadamente seu potencial (o sistema seria pequeno em relação ao de



Maciel lembra importância das ferrovias para transporte de carga no país

outros países com perfil territorial semelhante).

Marco Maciel elogiou o governo Fernando Henrique Cardoso pelo destaque dado às ferrovias e pela iniciativa de ter transferido a maior parte de seus custos ao setor privado. Por outro lado, criticou a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em sua opinião, defende projetos ligados à área, mas não aloca recursos para o setor.

– Daqui para frente, precisamos ampliar a participação das ferrovias no sistema de transporte e aumentar sua integração com outras malhas, para atender à demanda interna e externa. Também é necessário incentivar as concessões, para dinamizar a aplicação dos recursos – concluiu.

Pavan acusa governo Lula de agravar crise na agricultura

Para o senador, a interrupção de políticas bem-sucedidas, a adoção de medidas equivocadas e a desvalorização do real frente ao dólar têm agravado os problemas

Fotos: Roosevelt Pinheiro

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) responsabilizou o governo Luiz Inácio Lula da Silva por grande parte da crise enfrentada pelo agronegócio. Embora reconheça os reflexos das estiagens e das chuvas abundantes nos últimos três anos sobre a produção de algumas regiões, Pavan disse acreditar que a descontinuidade de políticas agrícolas bem-sucedidas e a adoção de medidas equivocadas, além da crescente desvalorização do dólar frente ao real, concorreram para instalar e agravar a crise no setor.

Com a queda na competitividade internacional dos produtos agrícolas brasileiros, estimulada pela defasagem cambial, frisou, teria ocorrido uma superoferta de alimentos no mercado interno, com prejuízos ao produtor. Na



Pacote direcionado ao campo é “um balde de água fria”, afirma Pavan

opinião do senador, essa situação estaria favorecendo o governo Lula, cujo pacote de medidas agrícolas, anunciado no fim de maio, foi classificado como “um balde de água fria” por tratar apenas de questões emergenciais.

Aviação

Leonel Pavan também aproveitou

para reclamar dos constantes atrasos de vôos das companhias aéreas Varig e TAM, o que o fez, inclusive, perder um encontro com agricultores de Santa Catarina nesse final de semana. Para ele, “alguém de dentro da Varig deve estar boicotando as viagens para que a empresa se desvalorize no leilão”. Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) se mostrou preocupado com os rumos do processo de venda da empresa e a possibilidade de decretação de sua falência.

Convenção

Leonel Pavan também registrou a convenção do PSDB realizada no fim de semana, em Belo Horizonte, para lançamento oficial da candidatura do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin à Presidência da República.

Raupp destaca pesquisa sobre participação do café na economia

Valdir Raupp (PMDB-RO) registrou a realização, pelo Instituto Agronômico de Campinas e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de pesquisa com o objetivo de identificar a importância do café na economia dos principais estados produtores do país. O levantamento, segundo o parlamentar, inclui dados de Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia.

O objetivo da pesquisa, informou, é verificar a participação da produção de grãos e da indústria de café nas economias dos estados e o impacto da redução das atividades no setor sobre as economias estaduais. O estudo

também aborda a industrialização do setor, hoje concentrada em São Paulo e no Paraná, buscando identificar o impacto do deslocamento da infra-estrutura para outras regiões produtoras e seus efeitos sobre a economia nacional.

Estímulo

Raupp pediu atenção especial para seu estado, o quinto maior produtor brasileiro.

– Rondônia tem apenas pequenas torrefadoras de café. Não temos uma fábrica de café solúvel, a exemplo de Paraná e São Paulo. Está na hora de o governo brasileiro descentralizar a implantação de indústrias, por meio, por exemplo, da criação de novas zonas francas – defendeu



Raupp pede a descentralização de indústrias de beneficiamento do produto

ele, informando que, segundo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rondônia possui, atualmente, 172 mil hectares plantados de café e colhe 1,7 milhão de sacas por ano. Valdir Raupp foi apartado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que destacou o potencial da produção de café na geração de renda.

Conheça o Senado Federal.
Você também vai se encantar.

“...um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo e criador”
Oscar Niemeyer

2ª e 6ª Terras
 Manhã: 9h30, 10h30, 11h30
 Tarde: 14h30, 15h30, 16h30

Sábados, domingos e feriados
 10h, 11h, 12h, 13h, 14h

www.senado.gov.br

Humilhação e abandono são formas mais frequentes de violência, que abrange também a subtração de direitos assegurados por lei, como o transporte interestadual gratuito



Laura Machado (E), Perly Cipriano e Paulo Ramos (D) discutem proteção aos idosos, em audiência presidida por Cristovam Buarque

Agressões a idoso começam no lar e continuam nas leis violadas

Boa parte das agressões contra os mais velhos no Brasil é praticada no seio familiar. Além da violência física, os idosos estão sujeitos à violência psíquica, que se traduz em humilhações, abandonos, descasos e opressões cometidos pela própria família. Por isso, a audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir o combate à violência contra os idosos concluiu que, antes de se modificar a legislação, é preciso mudar a consciência pessoal.

A audiência foi realizada a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS) e contou com a participação do presidente do Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), Perly Cipriano. O debate de questões relativas ao Dia Mundial de Combate à Violência contra o Idoso, comemorado anualmente em 15 de junho, foi coordenado pelo presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

– A legislação não muda a violência cometida contra os idosos. Temos avançado muito e a discussão tem mobilizado os próprios idosos, mas a sociedade civil tem um papel preponderante no combate – disse Cipriano.

A violência contra os idosos também reflete um “déficit da democracia institucional”, de acordo com o presidente da Associação dos Membros do Ministério Público de Defesa

dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), Paulo Roberto Barbosa Ramos. Segundo ele, as agressões poderiam diminuir a partir do momento em que os direitos assegurados pela legislação e pela Constituição estivessem garantidos a todos os cidadãos do país. Ramos citou como exemplo artigo do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) – de autoria de Paim e já em vigor – que previa gratuidade no transporte interestadual de idosos e foi suspenso por decisão judicial. Ele sugere que o Congresso articule uma solução que permita ao idoso usufruir do benefício.

Família

Para a representante na América Latina da Rede Internacional para Prevenção de Abusos contra Idosos (Inpea), Laura Mello Machado, a família brasileira não conta com o devido apoio dos programas governamentais para encarar o processo de envelhecimento. Segundo ela, a legislação que dispõe sobre os direitos dos idosos é avançada, mas ainda falta a efetiva adoção dos mecanismos de proteção previstos em diplomas legais.

– Nossas políticas avançaram para o idoso ativo e saudável, mas o idoso dependente está absolutamente negligenciado pelas políticas públicas. É preciso ajudar a família brasileira a cuidar do idoso dependente, que apresenta o maior risco – avaliou.

Já a pesquisadora da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) Cecília Minayo ressaltou que “os idosos não são descartáveis”. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) citada por ela indica que 60% dos idosos brasileiros trabalham, sendo que 30% de tal contingente seria responsável pela manutenção de suas próprias famílias.

– Nem sempre os idosos dependem da família para sobreviver. A maioria deles continua firme, forte e capaz de aproveitar a vida. Eles têm dificuldades de exercer o direito de ir e vir. É preciso adaptar sinais no trânsito, transportes e calçadas. É preciso trabalho preventivo que leve em conta o apoio à família – disse.

A coordenadora do Programa de Prevenção à Violência do Ministério da Saúde, Marta Maria Alves da Silva, revelou que as mortes de idosos no Brasil são provocadas principalmente por atropelamentos, quedas, violências interpessoais, homicídios e suicídios. O representante do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa no Pará (CNDPI-PA) Emídio Rebelo Filho apresentou carta a ser encaminhada à Presidência da República e a autoridades em que cobra providências para garantir o bem-estar dos idosos. Segundo o documento, o Brasil conta atualmente com 17,6 milhões de idosos, ou seja, 9,4% da população nacional.

Paim elogia decisão da Câmara sobre reajuste para aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a decisão da Câmara dos Deputados que estendeu o mesmo reajuste do salário mínimo (16,66%) para aposentados e pensionistas que recebem benefícios da Previdência Social. O aumento foi inserido, por meio de destaque apresentado pelo PFL, na Medida Provisória (MP) 288/06, que reajustou o salário mínimo de R\$ 300 para R\$ 350 a partir de 1º de abril deste ano. Paim pediu aos senadores que ratifiquem a decisão dos deputados federais.

O senador também fez referência à MP 291/06, que está na Câmara e autoriza reajuste de 5% nos benefícios da Previdência Social, retroativo a 1º de abril de 2006, para os 8,3 milhões de segurados que recebem valores acima de um salário mínimo. Paim apresentou destaques às duas MPs também pedindo a extensão do reajuste do salário mínimo para aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência.

– Fui deputado constituinte e na época eu já dizia que, no momento em que se desvinculassem as



Paim pede que senadores confirmem o aumento de 16,67% nos benefícios

aposentadorias, elas cairiam, e o salário mínimo também, e foi isso o que aconteceu – afirmou.

O parlamentar gaúcho informou ter recebido cartas da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), nas quais os “mais de 20 milhões de associados fazem apelo para conseguir apoio dos parlamentares”. Segundo Paulo Paim, o Senado deve acompanhar a decisão da Câmara.

Em apartes, os senadores Romero Jucá (PMDB-RR) e Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiaram o pronunciamento.

Virgílio propõe obrigatoriedade da oferta de plano de saúde familiar

Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs que todas as operadoras de planos de saúde sejam obrigadas a oferecer regime de contratação familiar a ser pago pelos próprios beneficiários. No regime familiar, os serviços dos planos de saúde serão estendidos pelo menos ao cônjuge, pai, mãe, padrasto, madrasta, filhos, enteados e menores tutelados pelo contratante do serviço. O projeto (PLS 113/06) será votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, em seguida, em decisão terminativa, na de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Virgílio lembra que, de acordo com a Constituição, a ordem econômica deverá observar, entre outros princípios, a função social da propriedade. Ele argumenta que “as operadoras de planos, compreendidas no conceito constitucional de propriedade, cumprem relevante papel na sociedade ao permitirem acesso a serviços de saúde que o poder público não é capaz de oferecer a todos os brasileiros”.

– Ainda, quando negam o acesso do benefício aos familiares dos titulares dos seus produtos,

essas operadoras deixam de cumprir, integralmente, a função social que a Constituição lhes atribui e exige que cumpram – afirma o senador.

O projeto altera o artigo 16 da Lei 9.656/98 para determinar que, independentemente da modalidade de contratação da operadora, é obrigatória a oferta do regime de contratação familiar, cabendo à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) definir os graus de parentesco dos beneficiários.

O senador entende que seu projeto contribuirá para a melhoria da assistência à saúde da população, sem sobrecarregar as instituições de saúde pública nem as empresas operadoras de planos. Isso porque a participação solidária no custeio da assistência à saúde, prestada nos moldes de planos coletivos e familiares, diminuirá os custos e possibilitará a extensão do benefício a um maior número de pessoas.

Para Virgílio, a medida beneficiará muitos cidadãos que, por não serem economicamente dependentes dos titulares, não podem ser inscritos como beneficiários da maioria dos planos ofertados pelo mercado.